

## OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE) E SUA PARTICIPAÇÃO COMO EDUCADORES NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ADMINISTRATIVE EDUCATION TECHNICIANS (TAE) AND THEIR PARTICIPATION AS EDUCATORS IN THE PERSPECTIVE OF INTEGRAL FORMATION IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

LOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DE LA EDUCACIÓN (TAE) Y SU PARTICIPACIÓN COMO EDUCADORES EN LA PERSPECTIVA DE LA FORMACIÓN INTEGRAL EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA

Giselle Freitas Mapa<sup>1</sup>  
Adilson Ribeiro de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto versa sobre a importância da atuação dos técnico-administrativos em educação como educadores na perspectiva da omnilateralidade e da formação integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sobre a falta de visibilidade e compreensão dessa atuação dentro das instituições, trazendo algumas hipóteses sobre os motivos que levaram a tal apagamento. O embasamento teórico parte das bases conceituais que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica em diálogo com grandes pesquisadores da área como Pacheco (2011), Moura (2013), Ciavatta (2005), Frigotto, Ciavatta (2003), Saviani (2017) e de questões levantadas por Monlevade (2009), além de outros trabalhos que discutem as atividades dos trabalhadores não docentes dentro dos espaços escolares, destacando as atividades dos técnico-administrativos em educação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O trabalho visa a contribuir para as discussões a respeito da formação integral no âmbito da EPT e da compreensão da participação dos TAE envolvidos nos processos formativos para além da relação professor-aluno.

2968

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Formação Integral. Técnico-Administrativo em Educação. Educador.

**ABSTRACT:** This text deals with the importance of the role of administrative technicians in education as educators within the perspective of omnilateralism and integral formation of students in Vocational and Technological Education (EFA) and the lack of visibility and understanding of this role in the institutions, bringing some hypotheses about the reasons that led to such erasure. The theoretical basis comes from the conceptual bases that underlie Vocational and Technological Education (EFA) in dialogue with great researchers in the area such as Pacheco (2011), Moura (2013), Ciavatta (2005), Frigotto, Ciavatta (2003), Saviani (2017) and questions raised by Monlevade (2009), in addition to other works that discuss the activities of non-teaching workers within school spaces, highlighting the activities of administrative technicians in education within the Federal Institutes of Education, Science and Technology. The work aims to contribute to discussions regarding comprehensive training within EFA and understanding the participation of TAE involved in formation processes beyond the teacher-student relationship.

**Keywords:** Vocational and Technological Education. Integral Formation. Administrative Technicians in Education. Educator.

<sup>1</sup>Mestranda pelo Instituto Federal de Minas Gerais. Bolsista do Projeto “Educação Profissional e Tecnológica em perspectivas: os sujeitos, seus discursos e representações” (Projeto FAPEMIG/APQ\_02220-21) -

<sup>2</sup>Doutor em Letras (Linguística e Língua Portuguesa). Professor Titular do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG - Campus Ouro Branco), Docente e pesquisador do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMG).

**RESUMEN:** Este texto trata sobre la importancia del papel de los técnicos administrativos en educación como educadores desde la perspectiva de la omnilateralidad y la formación integral de los estudiantes de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) y sobre la falta de visibilidad y comprensión de este rol al interior de las instituciones, trayendo algunas hipótesis sobre los motivos que llevaron a dicha supresión. La fundamentación teórica surge de las bases conceptuales que subyacen a la Educación Profesional y Tecnológica en diálogo con grandes investigadores del área como Pacheco (2011), Moura (2013), Ciavatta (2005), Frigotto, Ciavatta (2003), Saviani (2017). y cuestiones planteadas por Monlevade (2009), además de otros trabajos que discuten las actividades de los trabajadores no docentes dentro de los espacios escolares, destacando las actividades de los técnicos administrativos en educación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. El trabajo pretende contribuir a las discusiones sobre la formación integral en el ámbito de la EPT y la comprensión de la participación de los TAE involucrados en procesos de formación más allá de la relación profesor-alumno.

**Palabras clave:** Educación Profesional y Tecnológica. Formación Integral. Técnico Administrativo en Educación. Educador.

## INTRODUÇÃO

A comunidade escolar dos Institutos Federais é composta por segmentos distintos: discentes, docentes, técnico-administrativos em educação e comunidade externa. Há nos institutos, desde o seu desenvolvimento para os moldes atuais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma proposta de ensino que põe em destaque os conceitos de formação integral, educação omnilateral e escola unitária, porém é possível perceber que a dialética estabelecida na esfera educacional quase sempre ocorre apenas na perspectiva professor-aluno, 2969 desconsiderando a presença e a participação de outros agentes nos processos educativos dentro do ambiente escolar. Há, portanto, um apagamento dos técnico-administrativos em educação (TAE) que não poderia ocorrer, pois a importância desses servidores para a educação é inerente à sua função a partir do momento em que esta ocorre em contato direto com os discentes. Segundo Pacheco, “[...] todos aqueles que interagem com os educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação.” (Pacheco, 2011, p. 8)

A discussão que envolve a compreensão de técnico-administrativos em educação sobre a Educação Profissional e Tecnológica faz-se importante na medida em que as suas bases são pensadas para possibilitar aos alunos uma visão crítica do mundo do trabalho e da sociedade como um todo. O fomento a discussões acerca do tema pode contribuir para que os TAE, conscientes de seu papel como educadores,<sup>3</sup> compreendam a importância de seu contato com os alunos e, nessa medida, auxiliem de maneira acurada na formação plena dos discentes. Além

---

<sup>3</sup> Inicialmente, o termo adotado na pesquisa para designar o papel dos TAE na formação dos discentes era **agente formativo**. Com o aprofundamento no tema, percebeu-se a utilização do termo **educador** nas citações que embasam o referencial teórico da pesquisa e passamos então a adotar o mesmo termo.

disso, articuladamente, trata-se de contribuir para que tal perspectiva seja visibilizada e, em consequência, para que toda a comunidade escolar compreenda e acate o papel educativo desempenhado pelos técnico-administrativos.

Para tanto, serão apresentadas as bases teórico-conceituais que norteiam Educação Profissional e Tecnológica, algumas discussões elaboradas no escopo de uma pesquisa em desenvolvimento<sup>4</sup> que apontam o papel educativo dos técnico-administrativos em educação, discutindo também alguns dos possíveis motivos do apagamento do aspecto educativo das atividades desenvolvidas por esses funcionários e trazendo posteriormente as considerações finais que explicitam a importância da participação dos TAE para a formação integral dos educandos.

## FORMAÇÃO INTEGRAL COMO FORMA DE SUPERAÇÃO DA HISTÓRICA DUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é fortemente marcada por uma dualidade histórica entre educação profissional e educação propedêutica, tanto no âmbito de sua destinação quanto na sua valoração. De acordo com Saviani (2007), a dissociação entre trabalho e educação acarretada pelo modelo econômico capitalista fomentou essa dualidade. Com o fim do que o pesquisador chama de “comunismo primitivo” e com a apropriação privada das terras e a divisão de classes entre os homens, houve também uma divisão da educação direcionada para cada classe: a educação intelectual era direcionada para os homens livres e a educação dentro do próprio trabalho era transmitida entre os serviçais. Os ecos dessa dualidade reverberam ainda hoje, com uma educação bem estabelecida e delineada até a educação superior para os filhos das classes mais abastadas, e outra educação que conduziria mais rapidamente ao mercado de trabalho para os filhos da classe trabalhadora.

2970

Tendo em vista a necessidade dos filhos da classe trabalhadora de adquirirem uma formação para o mundo do trabalho antes mesmo dos 18 anos, para que possam contribuir financeiramente para a sobrevivência das próprias famílias, face às desigualdades sociais e econômicas impostas pelo capital, Moura (2013) enfatiza que não se pode esperar que a superação do modelo econômico capitalista aconteça para ofertar uma educação dentro da concepção de formação humana integral. É necessário agir dentro das contradições e brechas do sistema,

---

<sup>4</sup> A pesquisa que origina este trabalho tem como título “O técnico-administrativo como educador: representações sociais de técnicos administrativos em educação sobre Educação Profissional Tecnológica e formação integral”, que está inserida no macroprojeto “Educação Profissional e Tecnológica em perspectivas: os sujeitos, seus discursos e representações”, financiado pela FAPEMIG (FAPEMIG/APQ.02220-21). Esta discussão é um recorte da dissertação elaborada, tratando de um tópico dentre os vários estudados.

produzindo movimentos que visem a superar tanto a dualidade existente na educação, quanto a superação do próprio capitalismo. Uma das poucas concessões que o sistema capitalista está disposto a fazer é exatamente “[...] a conjugação de ensino elementar com o trabalho fabril – seguramente profissionalizante – que, apesar de ainda estar longe da politécnica, traz o seu germe.” (Moura, 2013, p. 709). O ensino técnico de nível médio integrado ao ensino médio seria a opção mais viável para se realizar esta transição entre o modelo atual de sociedade e uma sociedade futura, estabelecendo uma nova realidade.

A partir do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, houve grandes discussões a respeito da implementação da educação politécnica e dos preceitos que deveriam nortear essa implementação. Com efeito, foram produzidos documentos que refletiam a educação integrada nos anos de 2003 e 2004, conduzindo ao Decreto nº 5.154/2004, que trouxe de volta “[...] a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção [...]” (Brasil, 2007, p. 24). Já em 2007, no documento base que orientava a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, é possível verificar que o momento que apresenta melhores resultados pedagógicos para a oferta de educação profissional técnica é o ensino médio. Nesse documento também é destacado que o novo projeto planeja enfatizar a educação científica e humanística dentro do ensino médio integrado à educação profissional.

2971

Dentro da perspectiva humanística, são evidenciados alguns termos que remontam lutas históricas na busca pela superação do dualismo na educação. Conceitos como formação integral, omnilateral ou politécnica, presentes nas obras de Marx e Engels, e de escola unitária de Gramsci, que como nos diz Moura (2013), não se opõem, mas complementam-se – com um aprofundamento de Gramsci sobre a formação humana integral, estabelecendo que o lugar dessa formação é precisamente a escola unitária – e são amplamente utilizados para traçar as bases de um “novo” modelo educacional que obtenha êxito na formação de pessoas preparadas não apenas para o exercício do trabalho, mas para o exercício de todas as suas potencialidades como cidadãos, desenvolvendo as dimensões fundamentais do ser humano: o trabalho, o conhecimento e a cultura - para que assim sejam capazes de se perceberem dentro da sociedade e nela atuarem de maneira transformadora.

É válido acrescentar que a importância da educação para a formação humana integral não tem início exclusivamente no ensino médio. A formação humanística deve ser forjada e incentivada ao longo de toda a vida escolar dos discentes. Conjuguar a pesquisa ao ensino,

desenvolver e estimular a curiosidade, a autonomia e o “aprender a aprender” são pressupostos inestimáveis para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades, de forma omnilateral. Porém, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo sistema público de educação brasileiro, enxerga-se uma grande possibilidade de desenvolvimento desta omnilateralidade dentro dos institutos federais, tanto em função da conjugação do ensino propedêutico ao ensino profissional, em que os discentes têm a possibilidade de lidar de forma menos teórica e mais prática com os conteúdos e materiais apresentados, quanto pelas possibilidades estruturais e curriculares que os institutos proporcionam. Sair da sala de aula e ter acesso a laboratórios, participar de projetos de pesquisa ou atividades extracurriculares de extensão são oportunidades extremamente valiosas de desenvolvimento das potencialidades individuais que talvez não fossem sequer percebidas ou validadas diante de um quadro branco ou de um livro didático.

Ao abordar a educação omnilateral, “[...] no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2005, p. 3), é possível estabelecer uma relação direta com os conceitos de cidadania e de cidadão emancipado apresentados por Frigotto e Ciavatta (2003), em que “A ideia de cidadania coletiva implica o resgate da individualidade como parte de um coletivo e, portanto, como sujeito político.” 2972 (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 57). Ou seja, é necessário que o sujeito compreenda suas potencialidades individuais e possa desenvolvê-las para contribuir de forma mais efetiva e perspicaz com a sociedade na qual está inserido. Ao considerar o papel da escola na formação de cidadãos conscientes e emancipados, tomamos como referência Saviani (2017):

[...] quando dizemos que queremos uma escola que prepare os indivíduos para o exercício da cidadania, estamos dizendo que queremos uma escola que forme indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, o que implica que sejam conhecedores da situação para poderem tomar decisões, interferindo ativamente na vida social. Tudo isso é reforçado pelo acréscimo do adjetivo ‘consciente’, pois a expressão legal ‘exercício consciente da cidadania’ sugere o objetivo educativo de formar cidadãos ativos, autônomos, críticos e transformadores. (Saviani, 2017, p. 654)

Diante do conceito de educação integral ou integrada como componente da formação humana, Ciavatta (2005) nos diz que tal formação busca a integridade do sujeito, superando a separação entre a preparação para o trabalho esvaziada de conhecimentos – que se torna uma mera transmissão de como executar determinadas tarefas, direcionada para o aspecto operacional e simplificado – almejando uma preparação para a leitura do mundo e a integração desse cidadão à sociedade à qual pertence, compreendendo as relações sociais que o cercam. A autora complementa, ainda, dizendo que a formação integrada “deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante.” (Ciavatta,

2005, p. 16), o que leva à indagação de quem são os sujeitos que participam da formação integral dos alunos dentro da EPT.

Na mesma direção, Pacheco (2011) discorre sobre o tema, elaborando que, mesmo dentro das especificidades de suas atribuições, independentemente de quais sejam, todos os funcionários de uma escola são trabalhadores em educação, tornando-se educadores ao passo que interagem com os educandos. O autor propõe também que as atuações de professores, técnicos e demais funcionários devem ser pedagogicamente integradas para que sejam assim reconhecidas como ações educativas. Há então uma necessidade de integração e de diálogo entre os diferentes setores que talvez não seja sequer considerada, para que tal integração ocorra em favor do desenvolvimento e da compreensão da formação omnilateral dos discentes.

[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação. Suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa. (Pacheco, 2011, p. 8)

Pode-se afirmar então que a interação dos técnico-administrativos em educação com os alunos os coloca diretamente na posição de educadores, em uma perspectiva diferente da dos professores, e nesse sentido não mais ou menos importante, mas complementar, colaborando para a formação integral dos discentes.

2973

## A INVISIBILIDADE DO PAPEL EDUCATIVO DE SERVIDORES NÃO DOCENTES E SUAS RAÍZES SÓCIO-HISTÓRICAS

Ao se considerar a escola como local de elaboração de conhecimento por parte do aluno diante de sua interação com o objeto de ensino e aprendizagem - interação esta intermediada e assistida por outros agentes - é incontestável a necessidade de abordar a formação integral pensando na dialética discente-docente, entretanto não se deve desconsiderar a presença de outros profissionais que também atuam no processo formativo. Linkowski (2019) afirma que

[...] a materialização de tudo que acontece no espaço da escola, não se constrói apenas na sala de aula, nem tampouco apenas na relação professor-aluno, mesmo por que o sujeito da aprendizagem faz parte de um processo maior de ensino, em que outros agentes estão envolvidos [...]. (Linkowski, 2019, p. 37)

Quando se compreende que, para além do espaço escolar, há uma verdadeira comunidade escolar, onde as relações extrapolam a sala de aula e caminham para uma vivência constante e intensa, muitas vezes mais intensa fora dos limites dos 50 minutos de aula e dos conteúdos abordados durante tal período, é possível afirmar que profissionais como psicólogos, assistentes

sociais ou técnicos em assuntos educacionais,<sup>5</sup> por exemplo, podem ter tanta influência nos processos educacionais de formação integral e humanística dos e para os alunos quanto os próprios docentes ou pares discentes. Porém, “A visão reducionista dos estudiosos da educação escolar, que só conseguem perceber em cena, nas escolas, professores e alunos, torna os demais ‘invisíveis’. A realidade, entretanto, é que **sempre** estiveram presentes nas escolas outros trabalhadores” (Monlevade, 2009, p. 341, grifo do autor). Há, portanto, um apagamento dos TAE da esfera educacional que não poderia ocorrer, pois a importância desses servidores para a educação é inerente à sua função a partir do momento em que esta ocorre em contato com os discentes.

Monlevade (2009) associa inicialmente – estabelecendo uma relação com o período histórico de expulsão dos jesuítas do Brasil e com a implantação do formato de aulas régias, a partir de 1772 – a não valorização dos trabalhadores não docentes<sup>6</sup> às pessoas que realizavam as atividades não-pedagógicas:

Quem limpava a sala depois das aulas? Quem mantinha a provisão de água de beber e de lavar as mãos de mestres e discípulos? Quem ‘rondava’ a sala para impedir a entrada de estranhos e controlar a saída dos estudantes? Quem executava os ‘mandados’ externos dos professores? A resposta, muda e invisível, mas que contribuía eficazmente para a manutenção do *status quo* no espaço escolar e no tempo social era: os escravos e escravas. (Monlevade, 2009, p. 341, grifos do autor)

2974

O autor enfatiza que esse apagamento ocorria deliberadamente, devido ao modo de produção baseado na mão-de-obra escravizada e na tentativa de manutenção e legitimação de tal modo de produção, o que levava a sociedade a sempre reforçar a ideia de “não-valor” associada aos negros, independentemente da dimensão das suas contribuições para o desenvolvimento e a cultura nacionais.

Após a Proclamação da República, com o Estado assumindo o papel de regular a educação formal no país e o desenvolvimento das primeiras escolas e redes de ensino, há também o reconhecimento das funções da categoria dos não docentes. Segundo Monlevade (2009), as primeiras legislações sobre esses funcionários são estabelecidas nas décadas de 1910 e 1920. A próxima mudança significativa ocorre com a urbanização do país, entre 1946 e 1985, e o aumento na demanda pela educação básica pública, o que acarretou um aumento massivo da contratação de não docentes. Apesar disso, o autor cita diversas obras de consagrados escritores da esfera da educação que, em seus escritos, invisibilizam a participação dos referidos trabalhadores, “como

<sup>5</sup> Pela similaridade nas nomenclaturas, faz-se válido diferenciar os **técnicos administrativos em educação** (TAE) – todos os servidores titulares de cargos de ocupação não docente dentro das instituições de ensino federais – dos **técnicos em assuntos educacionais** – um cargo específico com exigência em nível superior dentro da categoria dos TAE “cuja atividade tem por prioridade a intencionalidade pedagógica” (Silva, Melo Filho, 2021, p. 6).

<sup>6</sup> Termo utilizado por Monlevade para designar os demais trabalhadores atuantes nas instituições de ensino.



que passando uma borracha nas múltiplas funções executadas pelos ‘demais’” (Monlevade, 2009, p. 344, grifo do autor).

Tais realidades históricas trazem percepções sobre esses trabalhadores partilhadas dentro e fora dos ambientes escolares que tendem a manter o *status quo*, em que o foco nos processos educacionais ocorre quase que exclusivamente dentro da sala de aula, ignorando a importância e a participação dos demais servidores na formação dos alunos e encarando a escola como um local de transmissão de conteúdos curriculares, em que o que importa é apenas o conhecimento adquirido em forma de matéria, desconsiderando a formação integral, que visa exatamente extrapolar o tecnicismo e o conteudismo e abordar os demais aspectos da formação humana.

De acordo com essas percepções, podemos abordar até a utilização do termo servidor para designar o profissional não docente enquanto não se percebe uma utilização frequente de tal palavra para se referir aos docentes. A palavra servidor tem origem no latim *SERVITOR*<sup>7</sup>, que significa “servo ou aquele que serve”. É derivada do Latim *SERVITIUM*, “escravidão, servidão”, de *SERVUS*, “escravo”, e gerou também o substantivo “servo”, o adjetivo “servil” e o verbo “servir”. Porém, todo aquele que presta serviços em uma instituição pública é um servidor. Por que ocorre então essa distinção no tratamento em se tratando de técnicos e de professores? Pode-se considerar que a utilização de denominações distintas seja um resquício dos processos históricos vivenciados no país, baseado na divisão dos trabalhos e da depreciação intencional das pessoas que realizavam outras atividades dentro das escolas que não o lecionar. A hierarquia, antes definida pela condição de um dos trabalhadores ser da elite social, considerado detentor do conhecimento, e o outro ser uma pessoa escravizada, já desumanizada, se mantém de forma sutil, mas pungente, sendo frequentemente direcionada apenas aos trabalhadores não docentes.

2975

Tais percepções são indícios de representações sociais<sup>8</sup> que podem ser percebidas nos discursos das pessoas que estão inseridas no contexto escolar, e também para além de tal contexto, perpetuando pensamentos e atitudes que reforçam a hierarquização – que não deveria existir - entre as diferentes funções. Trata-se exatamente da origem da representação e suas raízes históricas.

---

<sup>7</sup>A busca pela origem da palavra foi realizada durante uma reflexão sobre sua utilização dentro das instituições públicas. O resultado da busca foi encontrado em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/servir/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

<sup>8</sup>A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma das bases teóricas que fundamentam a pesquisa da qual deriva este trabalho. Moscovici (2015), autor da TRS, explicita que as representações sociais são teorias advindas do conhecimento prático, produzidas de forma coletiva, dentro das relações sociais estabelecidas em um determinado tempo e espaço para que os sujeitos compreendam sua realidade. São, portanto, verdadeiras teorias do senso comum – considerado um conhecimento compartilhado de maneira mais igualitária – que vão formulando universos consensuais, auxiliando assim os indivíduos a compreenderem o mundo e a se relacionarem com ele.



## LEGISLAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO: ENTRE APAGAMENTOS E CONTRADIÇÕES

Realizando leituras e pesquisas acerca do tema, foi possível perceber que diversas mudanças marcam o trajeto da educação profissional no Brasil. O pouco tempo de existência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,<sup>9</sup> tal qual o modelo atual, corrobora com essa percepção. Durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei 11.091/2005, que organiza os cargos e plano de carreira dos TAE, em que constam também as atribuições gerais dos cargos.<sup>10</sup> Em 2014, com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014,<sup>11</sup> a nomenclatura utilizada passa a ser **profissionais da educação**, e nela estão inclusos os técnicos administrativos em educação. Porém, “o fato de constar no documento a nomenclatura profissionais da educação ora para se referir a todos os profissionais, ora para tratar apenas do corpo docente, deixa uma incerteza sobre a quem realmente se refere o termo profissionais da educação.” (Schuch, 2020, p. 57). Podemos considerar esses fatos como indicativos de que os TAE atuantes nessas instituições talvez não conheçam com profundidade as leis acima citadas e não compreendam em quais momentos a legislação se direciona a eles ou a outros servidores, gerando assim possíveis dúvidas sobre suas atribuições.

Schuch (2020) pontua ainda que, devido à ausência de uma formação específica para os TAE, ao ingressarem nas instituições, há um desconhecimento da legislação e das bases que norteiam a EPT. Além disso, há também um senso comum de que “o trabalho dos técnicos se resumia às atividades-meio, visto, muitas vezes, como uma função burocrática e de apoio ao ensino.” (Schuch, 2020, p. 20). 2976

Podemos aqui retomar a colocação apresentada no primeiro tópico do texto, quando falamos sobre a destinação e a valoração do ensino para diferentes classes. Tanto docentes quanto técnicos são servidores públicos federais, contudo os primeiros são encarregados do trabalho “intelectual”, da mediação do conhecimento, enquanto os **técnicos** ficam, teoricamente, incumbidos das atividades organizacionais e do funcionamento dos espaços escolares. Mais uma

---

<sup>9</sup> A lei que implementou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no modelo atual, é a Lei 11.892 de dezembro de 2008. Ou seja, este modelo de instituição tem apenas 13 anos de existência. Fonte: Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 25 abr. 2023.

<sup>10</sup> Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Data de publicação: 13 de janeiro de 2005. Fonte: Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm). Acesso em: 25 abr. 2023

<sup>11</sup> Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Data de publicação: 26 de junho de 2014. Fonte: Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 25 abr. 2023.

vez, a dualidade entre o trabalho intelectual e o trabalho material se manifesta, apesar de servidores docentes e técnico-administrativos serem todos trabalhadores da educação.

Ao estabelecer um diálogo com Paro (2011), Schuch afirma ainda que uma escola com uma gestão democrática, que possibilita a autonomia do educando, deve garantir a atuação dos alunos como sujeitos “tanto na relação educador-educando, quanto nas decisões da gestão escolar e nos espaços de decisões colegiadas” (Schuch, 2020, p. 53). O autor elabora também que a ideia de integração com a comunidade externa, por meio das atividades de extensão e parcerias, é extremamente importante, perpassando os interesses tanto dos servidores docentes quanto dos não docentes. Não obstante, o autor classifica a legislação vigente no Brasil como dúbia com relação à designação dos técnico-administrativos enquanto “trabalhadores da educação”, referindo-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e ao Plano Nacional de Educação vigente, aprovado em 2014, por não oferecerem uma definição clara dos funcionários aos quais a legislação se dirige ao usar tal expressão.

É possível refletir ainda sobre o quanto essa divisão se manifesta nas perspectivas e condições de trabalho dentro dos Institutos Federais. Ao abordar as atividades inerentes às funções dos TAE, as possibilidades de capacitação e de valorização, diante das progressões na carreira, Schuch (2020) esclarece que

[...] a formação no trabalho voltada aos profissionais da educação objetiva a elevação intelectual e de todos os trabalhadores que de uma forma ou de outra interagem com os educandos, promovendo assim um enriquecimento cultural e pedagógico desses profissionais, com vistas à melhoria do ensino. (Schuch, 2020, p. 61)

Apesar de hoje haver incentivo de continuidade de capacitação para os dois setores, sendo o ProfEPT<sup>12</sup> uma das portas para a capacitação de técnico-administrativos dentro da área do ensino, esbarramos em alguns entraves ao pensarmos no aproveitamento dos TAE em projetos de pesquisa e extensão, por exemplo. Conforme previsto no artigo 9º, inciso II, do decreto 7.416/2010,<sup>13</sup> caso os proponentes prevejam bolsistas em seus projetos, a proposta deverá ser encaminhada em conjunto com um docente em efetivo que atuará na coordenação adjunta, sendo responsável pelos bolsistas. Tal legislação não considera sequer a formação do TAE, que muitas vezes é relacionada à educação e ao ensino, podendo trazer também um caráter de docência. É

<sup>12</sup> O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede nacional, com o objetivo de proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. 50% das vagas são destinadas a servidores dos Institutos e os outros 50% são para ampla concorrência. Fonte: Instituto Federal do Espírito Santo. **Regulamento**. 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://profepf.ifes.edu.br/regulamentoprofepf/16413-regulamentor13julho>. Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>13</sup> Decreto nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010 que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Fonte: Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm). Acesso em: 27 abr. 2023.

exatamente no momento de contato direto do TAE com o aluno que a legislação atua, preconizando a mediação de um docente. Torna-se então contraditório por um lado fomentar a capacitação dos TAE visando à melhoria do ensino e por outro lado limitar as possibilidades de utilização desse aprimoramento, principalmente para e no contato direto com os discentes, como poderia ocorrer nos projetos de extensão.

Ainda diante das proposições apresentadas acima, é possível inferir que a atividade dos trabalhadores que estão em contato com os alunos interfere diretamente na qualidade do ensino, e que a capacitação desses profissionais deve ser incentivada pelas instituições tanto quanto o seu contato com os educandos em diversas frentes de trabalho.

## O TÉCNICO-ADMINISTRATIVO COMO EDUCADOR: LANÇANDO LUZ SOBRE O PAPEL FORMATIVO DE SERVIDORES NÃO DOCENTES

Ao aprofundarmos a reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem, principalmente em se tratando de uma proposta de educação integral, torna-se inviável considerar que todo o desenvolvimento físico, mental, cultural, político e científico-tecnológico dos discentes ocorra dentro das salas de aula. É preciso inclusive sobrepujar o espaço e o tempo escolares, compreendendo que a formação integral do educando ocorre por meio das relações que ele estabelece com outras pessoas e de como elas vão mediar o contato do aluno com os objetos, conceitos e representações a serem compreendidos. É possível complementar, a partir de tal reflexão, que é imprescindível que a formação integral

2978

[...] não aconteça somente através do ensino-aprendizagem elaborado para o espaço escolar, mas se remetendo para a família e para a comunidade. Inclui nesse processo aprendizagem e experiências formativas vivenciadas com as famílias, com a comunidade, nos estágios, na observação, no relacionamento de aprendizagem com uma rede de colaboradores e parceiros que são mobilizados pela escola para tal fim, e interação e adaptação com o meio físico-natural. (Frossard, 2014, p. 3)

Deve-se considerar, dentro da rede de colaboradores e parceiros acima citada, os técnicos administrativos em educação, atuantes nas mais diversas esferas educacionais. No caso deste texto, serão apresentadas as considerações feitas pelos autores sobre os técnicos que atuam diretamente com os discentes, pois, para além da compreensão de que TODOS os trabalhadores da educação, independentemente de cargo ou função dentro das instituições, são importantes para o bom funcionamento dos espaços educativos, quando dizemos **formação**, estamos falando especificamente dos processos de ensino e aprendizagem, que consideramos que aconteçam por meio da mediação, ou seja, do contato entre os sujeitos.

A relação discente/docente, na grande maioria das vezes ocorre na mediação, exposição dos conteúdos curriculares e práticas derivadas de tais conteúdos. Mesmo que a relação

estabelecida entre professor(a) e alunos(as) seja harmoniosa e produtiva, e que tais processos extrapolem os conteúdos ali apresentados, não é possível afirmar que essa relação seja capaz de moldar a formação humanística integral de todos os discentes, principalmente no que tange às potencialidades individuais destes.

Santos (2002) nos diz que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (Santos, 2002, p. 2). Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) propõem que ao se discutir a formação integral o objetivo deve ser a ampliação da leitura de mundo dos cidadãos que - apesar de pertencentes a um país regido pelos preceitos sociais, culturais e econômicos capitalistas ocidentais - devem pressupor a compreensão das relações sociais como um todo para tornarem-se emancipados. Daqui, extraímos a reflexão de que os conteúdos científicos, filosóficos, artísticos e culturais partilhados em sala de aula não são suficientes para contemplar toda a experiência social humana, principalmente quando se trata das necessidades ou das potencialidades individuais de cada discente. Pode haver alunos que encontram maior facilidade de expressar tais potencialidades ou necessidades em ambientes extraclasse, sob orientação e mediação de outros profissionais, onde haja abertura para tais possibilidades. Permitir que isso venha à tona também é, e talvez principalmente seja, pensar em formação integral.

2979

Como nos dizem Dayrell e Geber (2015), muitas vezes os trabalhadores não docentes, por estarem inseridos na mesma comunidade que os discentes, conhecendo melhor e muitas vezes compartilhando as mesmas realidades sociais e cultura local, podem estabelecer algum tipo de vínculo com os alunos, caracterizando, assim, um tipo de mediação social. Pode-se considerar que as interações e mediações realizadas por esses profissionais dentro do ambiente escolar têm um valor formativo social e cultural extremamente importante para os alunos. Um processo formativo que pode se tornar, por vezes, tão ou mais valioso do que um conteúdo de uma disciplina específica partilhado dentro da sala de aula, colocando os TAE no papel de educadores, dentro das especificidades de suas funções, não substituindo ou contradizendo os processos de ensino e aprendizagem que acontecem em sala de aula entre docente e discentes, mas, na perspectiva da omnilateralidade, complementando a formação integral dos educandos com um viés social extremamente importante para sua compreensão de mundo e de sociedade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de modificarem a sua realidade dentro da sociedade e nela atuarem de forma consciente e transformadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando enfatizar a atuação dos técnico-administrativos em educação como educadores, procuramos refletir sobre a proposta de formação integral dentro da premissa da omnilateralidade - um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica tal qual se apresenta atualmente nos Institutos Federais - que preconiza o desenvolvimento dos aspectos físico, mental, cultural, social, político, científico-tecnológico - visando à formação de cidadãos autônomos, conscientes, emancipados e capazes de transformar a sua realidade. Abordamos ainda como essa formação ocorre pela interação dos discentes com os objetos de ensino e aprendizagem mediada por outros agentes. Nesse ponto, passamos a considerar os técnico-administrativos em educação como participantes de tais processos, na medida de seu contato com os alunos.

Porém, foram elencados diversos fatores que dificultam a percepção dessa atuação. Foi realizada uma contextualização dos fatores históricos que remontam ao período escravagista em que havia uma depreciação e desumanização intencional dos demais trabalhadores das instituições de ensino - à época, negros escravizados - que não os docentes buscando a manutenção de uma estrutura social perversa, cujos resquícios pesam ainda hoje sobre nosso país. Considerando o panorama atual, foi possível destacar questões relativas à legislação e à falta de 2980 formação específica para os técnico-administrativos em educação, que geram entraves para sua atuação com os alunos de forma mais direta - como no caso dos projetos de extensão - e que dificultam ou impedem a compreensão ampla do viés educativo das atividades dos trabalhadores da categoria por toda a comunidade escolar.

Contudo, enfatizamos a importância da participação dos técnico-administrativos em educação para a formação integral dos discentes, que não se confunde com a formação ofertada pelos docentes e muito menos se opõe a ela, mas que se articula de forma intrínseca com a formação integral, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais, na medida do contato, do convívio, na partilha de experiências e vivências. O contato dos técnico-administrativos em educação com os estudantes, que por vezes ocorre diariamente, pode e deve ser repensado e encorajado pelas instituições que buscam valorizar a formação integral, humanística, omnilateral de seus discentes por meio de uma leitura de mundo mais ampla, que considere as relações sociais como fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e emancipados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, DF: ME, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 27 de jun. 2022.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 06 de jul. 2022.

DAYRELL, Juarez; GEBER, Saulo. Os “novos” educadores dos programas de educação integral: uma análise das práticas educativas dos agentes culturais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 45-62, out/dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698151322>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, Mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/>. Acesso em: 23 de mai. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, Fluminense, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578/4214>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

FROSSARD, Antonio Carlos. **Pedagogia da alternância e articulação dos agentes formativos de técnicos em agropecuária: interação entre educação do campo e desenvolvimento rural sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina)**. 2014. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Nova Friburgo, 2014. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/2858>. Acesso em: 16 de jan. 2023.

LINKOWSKI, Juliete Alves dos Santos. **A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais e a proximidade com a função do Pedagogo: possibilidades de uma integração**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7665646](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7665646). Acesso em: 16 de jun. 2022.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. História e construção da identidade - Compromissos e expectativas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para uma formação humana integral?. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, pág. 705-720, setembro de 2013.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, São Paulo: Moderna, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n 63, p. 201-236, out. 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/> . Acesso em: 17 de jan. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 653-662, set/dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Q7rcHqS3xNZKzV9MykSG79q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. 2022.

SCHUCH, Edison Viana. **Trabalho do Técnico Administrativo do IFSUL Campus Avançado Jaguarão na educação profissional e tecnológica: uma ação formativa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Charqueadas, Charqueadas, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10806887](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10806887). Acesso em: 16 de jun. 2022.

SILVA, Juliana de Cássia Maciel; MELO FILHO, Ivanildo José de. **Os Técnicos em Assuntos Educacionais: compreendendo o seu lugar de pertencimento na articulação dos processos educativos na educação profissional e tecnológica**. Olinda, PE: O autor, 2021. Produto Educacional: Instrumento Informativo. Disponível em: [https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/383/Juliana\\_A%20identidad e%20dos%20T%C3%A9cnicos%20em%20Assuntos%20Educacionais%20na%20articula%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/383/Juliana_A%20identidad e%20dos%20T%C3%A9cnicos%20em%20Assuntos%20Educacionais%20na%20articula%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 19 de abr. 2024.